

UFPB/NDIHR

TEXTOS

UFPB/NDIHR

TEXTOS

UFPB/NDIHR

TEXTOS

UFPB/NDIHR

TROCA-SE OURO BRANCO POR CAPIM

"UM ESTUDO SOBRE A ECONOMIA NO MUNICÍPIO DE INGÁ
(SÉCULO XIX - 1990)"

ROSSANA DE SOUZA SORRENTINO

TEXTOS UFPB/NDIHR Nº 027

JOÃO PESSOA - PARAÍBA
DEZEMBRO - 1990

UFPB/NDIHR

APRESENTAÇÃO

A pesquisa produziu a pesquisa.

O presente texto constituiu a monografia com o qual a autora concluiu o Curso de Especialização em História Econômica e Social do Nordeste Contemporâneo, ministrado pelo DH/UFPb... Eu fui orientadora dessa trabalho e, é nesta condição que pretendo, nesta apresentação, apenas destacar dois aspectos que considero extremamente significativos.

1. O trabalho originou-se de um projeto educacional - mais especificamente - didático-pedagógico. Era necessário produzir material sobre a história dos municípios - história local - para municiar o ensino de primeiro grau. Para isso não se recorreu à compilação e nem à improvisação: pesquisou-se. E a pesquisa produziu o texto e, o que é mais importante, produziu e/ou induziu o método de ensino.

2. A pesquisa valeu-se da pesquisa. Quando a autora buscou no NDIHR a orientação técnico-metodológica para o trabalho do grupo por ela coordenado, a orientação inicial foi a seguinte: utilizar um rico material (fichamento de jornais) que havia sido feito por ocasião de uma pesquisa histórica sobre o município de Patos que havia sido desenvolvida pelo NDIHR e, coincidentemente, com a participação de uma das pesquisadoras (Regina Célia Gonçalves) do grupo do Ideme, coordenado pela autora do texto aqui publicado.

O material existente e organizado no Acervo do NDIHR foi, praticamente, reciclado e se constitui em uma sólida base para a nova pesquisa, e poderá vir a ser ainda utilizado por outros projetos. A pesquisa tem essa propriedade: ela é multiplicadora em todos os sentidos. Por isso, além de outros, o ensino não pode prescindir dela.

O principal mérito deste trabalho de ROSSANA DE SOUZA SORRENTINO, é o de ser uma demonstração concreta desse poder multiplicador da pesquisa. Ele contém, é claro, outros méritos e tem falhas também. De uns e de outros eu, vaidosamente, partilho a responsabilidade.

O êxito da iniciativa e da coordenação de um trabalho que tem por diretriz a articulação entre ensino e pesquisa e a autoria do texto pertencem exclusivamente à Rossana.

JOANA NEVES

SAGA DE SEVERININ

(Vital Farias)

Peço atenção dos senhores
pra história que vou contar
falo de Severinin lavrador tão popular
que morava numa palhoça
e cultivava numa roça perto de Taperoá
e Severinin todo dia chorava a terra macia
e terra lavrada é poesia
mexe com a mão na terra
sobre essa serra corta esse chão
planta que a planta ponta
por esses montes lâ d'algodão.

Severinin vivia até feliz
penchendo os olhos com bem d'rais
e mesmo a plantação tava bonita em flor
e a seu lado sua companheira
tinha o seu amor.
Mas como se diz o ditado e haverá de se esperar
depois de tudo plantado
fazendeiro pede pra Severinin desocupar
já tinha até fruta madura
jerimum enrramado no terreiro
e tinha até um passarinho
que além de ser seu vizinho
ficou muito companheiro
Chega tanta incerteza
a alma preza que se soltar
Luta, luta sozinho
qual o caminho de libertar

Severinin ficou sozinho e só
ingratidão não pode suportar
correu para o sul
ai a construção se viu
de uma vez por todas
de uma vez por todas
desabar.

ÍNDICE

	Pag.
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I - FATORES EXTERNOS DETERMINAM O REINADO DO ALGODÃO NO INGÁ.....	9
1.1. Os Ingleses querem Algodão.....	9
1.2. Guerra na América ... Sobem as Exportações do Algodão Nordestino.....	10
1.3. O Processo de Industrialização do Centro-Sul... Precisa-se de Algodão.....	10
1.4. O Algodão Americano volta à cena... Diminui o Prestígio do Algodão Nordestino.....	11
1.5. O Centro-Sul engole o Nordeste.....	12
1.6. A Ocupação Paraibana... Cana, Pecuária e Algodão.....	13
CAPÍTULO II - O OURO BRANCO E O REI CAPIM	16
2.1. O Ingá	16
2.2. O Ouro Branco	16
2.3. O Rei Capim	24
CAPÍTULO III - O ESTADO APÓIA QUEM O CAPITAL MANDAR	25
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	34

Introdução

O presente estudo sobre a história econômica do Município de Ingá, foi resultante de uma experiência profissional, pois os dados que foram reelaborados neste estudo, fizeram parte de uma pesquisa para o Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, da Coordenadoria de Estudos Históricos e Culturais - Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba.

O Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios, tem como objetivos elaborar materiais didáticos e reciclar docentes em dezesseis municípios paraibanos, selecionados pelo Projeto, através do resgate histórico conjuntamente com a comunidade. O Ingá foi o primeiro município onde se desenvolveu o projeto, devido à existência de um sítio arqueológico na sua área.

Os dados foram obtidos, inicialmente, através dos clássicos paraibanos, depois com a aplicação de questionários nas entidades municipais e com os professores e produtores rurais.

Outra forma utilizada para conseguirmos dados e montar uma versão sobre a história do município de Ingá, foram as entrevistas realizadas com as pessoas da comunidade, entre Junho de 1989 e Maio de 1990, com os sindicalistas, pequenos produtores, educadores e autoridades municipais.

A pesquisa em jornais foi uma forma de conferir os registros históricos conseguidos com a historiografia clássica e com a comunidade. Os jornais trabalhados foram "O Sertão" (fins do século XIX e início do século XX) e a "A União" (1920/1990).

Em poder deste rico material, após o desenvolvimento da obra histórica para a Coordenadoria, optamos por uma análise mais aprofundada da economia do Município de Ingá.

Decidimos não arquivar o vasto material sobre o aspecto econômico do Município, tratando o assunto de forma a deixar clara a luta de classes no espaço ingaense, embora mascarada, devido a própria forma de resistência deste povo.

O referido estudo, foi trabalhado com base em leituras que adotam categorias marxistas, tais como: Friedrich Engels, Philomena Gebran, José Grazziano da Silva, Francisco de Oliveira e Leonardo Guimarães.

O primeiro capítulo trata dos aspectos favoráveis e desfavoráveis que atuaram para que o algodão Nordestino, e o Ingá, se tornassem-se um espaço para a produção algodoeira.

O segundo capítulo mostra o processo de ocupação de Ingá e o desenvolvimento do algodão naquela área, e por fim, a queda da produção algodoeira e a sua substituição pelo capim.

O terceiro capítulo refere-se à intervenção do Estado na produção agrícola, de acordo com as necessidades do grande capital.

As leituras, os depoimentos da comunidade e as pesquisas dos jornais, apontam para a explicação que se dará num decorrer do estudo, das transformações que o capital promove no campo, através da modernização, no espaço denominado Ingá.

CAPÍTULO I - FATORES EXTERNOS DETERMINAM O REINADO DO ALGODÃO NO INGÁ

A ocupação do território de Ingá é decorrente do processo de expansão da colonização portuguesa na região atualmente denominada agrestina. Esta ocupação e povoamento estavam primordialmente ligados à atividade pecuária e, principalmente, à cultura algodoeira.

Para a compreensão da sociedade que surgiu neste espaço, faz-se necessário uma análise das implicações do desenvolvimento do capitalismo na Europa, durante o processo de colonização do atual território Paraibano com as necessidades no mercado europeu.

O atual município de Ingá foi um dos espaços ideais para a expansão da cultura algodoeira, que atenderia ao desenvolvimento da indústria inglesa e, posteriormente, à nacional.

Diante destes fatos, as condições internacionais e nacionais destas indústrias têxteis, precisavam ser analisadas, no presente estudo.

1.1. Os Ingleses querem Algodão

A acumulação capitalista que se processava na Europa, expandiu-se de forma mais acentuada na Inglaterra que, devido às condições históricas, implantara um sistema fabril, transformando os camponeses expulsos da terra em trabalhadores assalariados gerando o sistema capitalista.

Consolidados os tempos modernos com a Revolução Industrial, passou a Inglaterra a exigir um grande suprimento de matérias primas. A crescente procura do algodão nas fábricas inglesas, fez com que a Grã Bretanha induzisse vários países a tornarem-se produtores de algodão; destacando-se Índia, Peru, Estados Unidos e Brasil.

A crise de abastecimento de matérias primas decorrente da guerra anglo-americana de 1812/1814, e o bloqueio dos mercados europeus, em virtude das guerras napoleônicas, prejudicaram o funcionamento das fábricas de tecidos inglesas.

O Brasil passou a representar para a Inglaterra um importante mercado conquistado, pois desempenhava esta Nação uma dupla função: fornecia suprimentos para as indústrias têxteis inglesas e consumia os tecidos recém fabricados.

Entre 1780 e 1830 o algodão tornou-se uma cultura de exportação no Brasil, sendo o Nordeste o maior centro exportador da Colônia Portuguesa.

O Agreste e o sertão nordestinos tornaram-se, durante o processo de consolidação do capitalismo na Europa, espaços propícios para a produção do algodão, integrando-se às áreas do mercado internacional.

1.2. Guerra na América ... Sobem as exportações do algodão Nordeste.

Com o crescimento do sistema fabril no norte dos Estados Unidos, essa atividade voltou-se principalmente para a produção têxtil, que absorvia a produção do sul do País.

A falta de integração das duas regiões norte-americanas era, de início, um obstáculo ao processo de acumulação e à forma de um mercado interno.

A questão fundamental da Guerra Civil, que eclodiu, em 1861/1865, não residia só na questão econômica da sociedade escravista vigente no sul e sua convivência com o capitalismo dinâmico e em expansão no norte. Outros pontos de divergência eram, a estrutura fundiária sulista e o protecionismo alfadegário defendido pelo sul.

Estes fatores somados impediam a ampliação do mercado consumidor interno, porém, a principal disputa era política, pois o sul era uma semi-colônia inglesa, já que esta região norte-americana era responsável pelo suprimento da maior parte do algodão de que as fábricas têxteis necessitavam.

Durante o conflito a Inglaterra vivia um acelerado desenvolvimento na indústria têxtil, promovendo, deste modo, uma demanda para o algodão brasileiro, pois os empecilhos, às importações norte-americanas, impostos pela Guerra da Secessão, tornaram o Brasil um forte exportador para a Inglaterra e o Nordeste responsável pela produção de grande volume de algodão para o mercado inglês.

1.3. O Processo de Industrialização do Centro-Sul... Precisa-se de Algodão.

As mudanças por que passavam o mundo ocidental, metrópoles e colônias conjuntamente, não podiam deixar de refletir na América portuguesa, que foi acordada de seu estágio de letargia e criou a estrutura econômica industrial.

As primeiras tentativas tiveram início no século XIX, após transferência da corte portuguesa para sua colônia, porém, as condições favoráveis à instalação e funcionamento das indústrias na Nação brasileira só surgiram no último quartel do século XIX, precisamente na década de 1880. O interesse do capitalismo internacional em estimular a compra de equipamentos e instalações de fábricas, promoveu o crescimento das importações inglesas de bens de capitais para o Brasil, diminuindo as de produtos têxteis, com exceção dos tecidos de luxo, instalando, desta forma a dependência desta Nação aos países centrais.

A partir do século XX, o processo de industrialização ocorreu em várias regiões do País, primordialmente no centro-sul, porém, no Nordeste este processo se desenvolveu desde os fins do século XIX.

Em decorrência disso o "Nordeste têxtil-algodoeiro" submeteu o "nordeste açucareiro" e transformou esse setor em produtor de tecidos, que utilizavam matérias-primas regionais e máquinas obsoletas inglesas. Em 1870, Pernambuco já possuía indústria têxtil, e Campina Grande, em 1890, possuía um cotonifício que na época de crise na exportação absorvia a produção local.

As relações comerciais mantidas pelo Nordeste e Centro-Sul, revelavam a importância do crescente mercado interno, pois setenta por cento do suprimento das fábricas de São Paulo eram originários do Nordeste.

A crise internacional de 1913, tinha provocado uma retração nas exportações para o mercado internacional, passando São Paulo, a beneficiar-se com este fato, pois expandiu suas fábricas de tecidos e absorveu as matérias-primas nordestinas.

A relação comercial inter-regional proporcionada pela implantação, desde o século XIX, de um sistema de transporte e comunicação, acentuou-se na década de 20, promovendo ao Nordeste condições de inserir-se no mercado nacional, "estabelecendo uma relação típica do centro e periferia" (1).

Dentro desse processo de concentração da indústria nacional num território paulista, ao Nordeste cabia o papel de complementaridade por exportar matérias-primas para essa região, principalmente açúcar e algodão.

No período de 1926 a 1930, quase cinquenta por cento do mercado nacional era suprido pelo algodão nordestino, aparecendo São Paulo com uma modesta contribuição de aproximadamente oito por cento, segundo a Amélia Cohn.

1.4. O Algodão Americano volta à cena... diminui o prestígio do Algodão Nordestino.

O capitalismo americano desenvolveu-se com impressionante rapidez, após a Guerra Civil. O avanço tecnológico e produtivo do país permitiu a maximização do lucro e, conseqüentemente, desencadeou o processo de expansão capitalista nesse território.

O algodão norte-americano, possuía um mercado nacional e internacional que estava garantindo pela sua qualidade pois os Estados Unidos eram uma nação que acompanhava o ritmo do capital do mundo.

O algodão nordestino após o retorno do algodão norte-americano ao mercado internacional, começou a perder os seus espaços. O produto nordestino não dispunha de condições para concorrer com a tecnologia existente nos Estados Unidos.

As lavouras algodoeiras, após o boom de 1870, passaram a ser absorvidas pelo mercado interno, já que os seus mercados internacionais tinham sido invadidos pelos algodoads norte-americanos.

(1) NETO, Leonardo Guimarães. Nordeste: Da Articulação Comercial à Integração Econômica. Campinas- SP, Dissertação de Mestrado 1986.

1.5. O Centro-Sul Engole o Nordeste

Após o processo de implantação das indústrias têxteis, no país, o sistema financeiro e as economias externas ofereceram condições favoráveis ao desenvolvimento em uma área específicas: O Centro-Sul.

Desta forma, a indústria sulina passou a competir com a indústria nordestina pelos espaços internacionais.

O agravamento do caráter concorrencial, após a Primeira Guerra, pelo mercado de grande consumo, promoveu dificuldades para as pequenas fábricas nordestinas, que possuíam pouco acesso a equipamentos e sofriam pressões políticas do governo, que favoreciam as indústrias do Rio e São Paulo.

Esse último estado atraído pelas vantagens do mercado externo e contando com os recursos que eram investidos na região, introduziu no seu território variedades do algodão herbáceo, conseguindo elevar os níveis de produtividade, através do uso de tecnologia moderna, diminuindo o fluxo de exportações do algodão nordestino.

Diante disso, a exportação algodoeira nordestina sofreu um revés, durante os fins da década de 30 e das décadas de 40 e 50, pois a própria industrialização têxtil nordestina não podia garantir a compra da produção regional, em fase das condições tecnológicas das indústrias nordestinas e de financiamento e reinvestimento das mesmas.

Estas perdas dos mercados internacionais e nacional para o complexo café-algodão paulista ficam nítidas a partir de 1936, segundo podem ser visto no quadro 1.

QUADRO 1

ANO	REGIÃO ALG. PECUÁRIA	COMP. CAFÉ - ALG. PAULISTA	BRASIL
1931	245.441 (1)	45.500 (2)	364.271(2)
1932	119.791	92.923	253.902
1933	252.647	156.576	500.608
1934	433.189	427.567	948.578
1935	479.677	410.503	990.020
1936	374.758	709.106	1.170.121
1937	395.692	851.932	1.350.078
1938	375.055	1.011.820	1.455.426
1939	363.243	1.076.820	1.426.405

FONTE : Anuário Estatístico do Brasil de 1936 (pp. 103-110), de 1938 (pp. 183-197), e de 1939 - 1940 (pp. 162-163).

(1) Os dados desta coluna se constituem apenas dos dados ligados ao espaço paraibano.

(2) Os dados destas colunas contém a produção em caroço e em pluma

As soluções governamentais na Paraíba foram: o incentivo ao algodão arbóreo no sertão e no algodão a introdução do sisal, a partir de 1942, após a desorganização da produção oriental, decorrente da ocupação japonesa das Filipinas, Indonésia, privando o mercado internacional desse produto.

Outra conseqüência da polarização da industrialização no centro-sul foi o afluxo de mão-de-obra, acarretando falta de braço nos campos, para que se desenvolvesse de forma mais racional a atividade agro-pastoril no Nordeste.

1.6. A Ocupação Paraibana ... Cana, Pecuária e Algodão

O Homem ao submeter a natureza, pondo-a ao seu serviço para determinados fins, através do trabalho determina os espaços.

Ao adotar esta concepção de que o espaço é constituído através das relações econômicas, políticas e sociais que nele se desenvolvem, pode-se enfocar o atual Estado da Paraíba através do seu aspecto de ocupação e organização territorial.

O denominado território paraibano foi ocupado muito antes da conquista portuguesa, de forma irregular e dispersa, por uma população indígena, pertencente aos grupos lingüísticos dos Tupis e Cariris. O primeiro grupo habitava a área litorânea e o segundo a atual região agrestina e o sertão.

A produção nas comunidades indígenas organizou-se com base na atividade extrativa (pesca, caça e outras) e nas atividades agrícolas, com plantação de mandioca, batata doce e algodão.

Os espaços só possuíam importância para os indígenas em face à sua sobrevivência. Com a penetração do europeu no atual território paraibano, a terra passou a ter outro valor que o de uso, transformando a posse da terra numa conquista.

A luta pela conquista da terra provocou a derrota dos indígenas e suas terras sucumbiram à exploração colonial portuguesa.

A expansão da lavoura canavieira e a introdução do gado promoveram a formação do atual território paraibano.

O processo de ocupação do litoral paraibano não se distinguiu do resto da fachada oriental nordestina, apoiado na exploração da cultura da cana.

Esta, para se constituir em produto de exportação para abastecer o mercado europeu, tinha que ser produzida em larga escala e com um caráter monocultor, promovendo desta forma uma estrutura latifundiária.

A distribuição de sesmarias era feita preferencialmente a quem dispunha de condições para garantir a valorização da terra, principalmente através da atividade exportadora.

O trabalho escravo foi a solução ideal para a cultura açucareira, pois gerava lucros com o tráfico negreiro e permitia a concentração de terras.

A sociedade paraibana nesta época era constituída por uma pequena aristocracia rural, donos de terras e engenhos que tinham sob sua dominação os homens pobres e livres (agregados e moradores) e os escravos.

Tornou-se esta área especificamente canavieira; foram instaladas usinas no litoral para garantir a sobrevivência do sistema açucareiro, nas últimas décadas do século XIX, pois o açúcar nordestino sofria concorrência do açúcar de beterraba europeu.

No início do século XX, as usinas estavam espalhadas na porção litorânea paraibana. Foi a partir da criação do Proalcool que a expansão da cana se acentuou, transformando a paisagem dos tabuleiros da mata atlântica, que foi devastada para ser ocupada pela cana.

A ocupação do algodão achava-se relacionada à evolução da atividade açucareira no litoral, o apogeu desta atividade provocava uma carência crescente de terras para a agricultura comercial. Este processo determinou a separação da atividade agrícola da pecuária, produzindo uma divisão intra-regional do trabalho: a zona da mata passou a ser um espaço para a produção da cana-de-açúcar, e o algodão e sertão para a pecuária, bem como para a produção de gêneros alimentícios.

Porém dentro do espaço agrestino, a uma subunidade, denominada Brejo, que está localizada na parte oriental da borborema, possuindo um clima úmido, solo fértil e hidrografia perene, propícia à atividade agrícola.

A cultura de subsistência e a cana foram responsáveis pela ocupação inicial do Brejo, porém, com a Revolução Industrial inglesa ocorreu a expansão algodoeira do século XIX e esta cultura ocupou também o espaço brejeiro.

Com o declínio da atividade algodoeira, outras a sucederam, segundo à exigência do mercado comercial regional, tais como: cana-de-açúcar, café e sisal.

Nos dias atuais a pecuária foi introduzida neste espaço, coexistindo hoje as atividades canavieiras, pecuarista - policultora.

As outras áreas agrestinas tiveram seu processo de ocupação um pouco diferenciado do Brejo.

Estas áreas tiveram sua ocupação iniciada pela atividade agrícola de subsistência voltada para o auto consumo e pela penetração do gado que saía do Sertão em direção à zona canavieira. Os vaqueiros eram obrigados a pousar na região intermediária, o Agreste, para se abastecer e descansar durante o percurso. Estes núcleos criados em torno dos currais, deram origem a vários centros de povoamento nesta área.

Na segunda metade do século XVIII, a formação do espaço agrestino sofreu uma grande interferência externa, com o cultivo do algodão, impulsionado pelo desenvolvimento da industrial têxtil inglesa.

A expansão algodoeira no algodão paraibano, em 1780, provocou profundas mudanças neste espaço em formação, sendo seus reflexos sentidos tanto na organização agrária como no quadro urbano regional

Os efeitos do bom algodoeiro na organização sócio-econômica do algodão foram: a consolidação do sistema de moradia em substituição ao trabalho escravo; a monetarização da economia e expansão de formas semi-assalariadas de trabalho; modificações nos quadros urbanos regionais, porque a monetarização da economia impulsionou o pequeno comércio e promoveu o aparecimento de núcleos urbanos, onde era beneficiado o algodão; concentração da população nesta área, uma vez que a exploração do algodão atraiu a mão-de-obra livre e escravos libertos da zona-da-mata.

É indiscutível o papel do algodão no processo de adensamento da população do algodão.

O cultivo do algodão foi associado ao milho e ao feijão, desde a sua introdução no algodão, possuindo na década de 30 um período de apogeu. O sisal foi introduzido após a Segunda Grande Guerra, pois a conjuntura externa favorecia esta nova cultura, uma vez que os preços se encontravam em alta e eram grandes as demandas.

O algodão, o sisal e a pecuária provocaram uma retração na economia de subsistência no algodão, refletindo-se nas relações de produção.

Nos anos 80, com o bicudo, o algodão ficou inviável, passando estes espaços agrestinos a serem utilizados para a pecuária.

O processo de ocupação e povoamento do sertão paraibano, deveu-se a introdução do gado neste espaço.

A partir de 1697, Teodósio de Oliveira Ledo adentrou o sertão paraibano e construiu um povoado denominado Pombal, após derrotar os índios Cariris, que habitavam este espaço.

No fim do século XVIII todo território paraibano estava conquistado, porém, com a população concentrada no seu litoral.

A pecuária no sertão era desenvolvida de forma ultra-extensiva, pois a pobreza dos pastos, devido as longas estações secas, transformava esta economia em uma atividade rudimentar.

As fazendas criatórias eram instaladas às margens ribeirinhas, para maior aproveitamento das escassas águas.

Os fatores que permitiram a expansão pecuarista foram: os baixos custos desta atividade, a capacidade de associação desta produção com a cultura de subsistência, que garantia a auto-reprodução da força de trabalho e a forma de pagamento do vaqueiro, que recebia um bezerro a cada quatro que nasciam sob os seus cuidados.

A partir da segunda metade do século XVIII o algodão passou a exercer, também, um importante papel na economia sertaneja, pois o crescimento tecnológico da indústria têxtil inglesa exigia uma grande demanda de algodão para o mercado internacional.

A expansão algodoeira no espaço pecuarista sertanejo, deveu-se aos fatos de que: este produto representava uma nova forma de fonte de renda para os proprietários, possibilitava a sua associação à pecuária, garantir alimentação para o gado após a safra, porque o restolho do algodão servia de pasto para o gado no período de estiagem.

O fim do boom algodoeiro não significou a superação desta atividade no sertão, pois o algodão arbóreo e a pecuária foram consolidados nesta área.

O desenvolvimento da indústria têxtil nacional, em torno de 1880, iria fortalecer o binômio gado-algodão, no espaço agrário sertanejo até os fins da primeira metade do século XX.

Após o bicudo, em algumas áreas do sertão, houve uma retração do algodão mas, de forma generalizada, permaneceram a cultura de subsistência tradicional, o gado e o algodão.

CAPÍTULO II - O OURO BRANCO E O REI CAPIM

2.1. O Ingá

O Município de Ingá está localizado na mesoregião agrestina, fazendo parte da microregião de Itabaiana, possuindo uma área de 345 Km² com 200 metros de altitude. Limita-se com os Municípios de Campina Grande, Fagundes, Itatuba, Juarez Távora, Massaranduba, Mongeiro e Serra Redonda (2).

O Município é cortado por inúmeros rios e riachos; o mais importante é o Rio Bacamarte, afluente da margem esquerda do Rio Paraíba. Mesmo com tanto rios e riachos, o Ingá sofre de falta d'água no período de estiagem.

A vegetação é composta de arbustos, que se espalham pelas colinas e montanhas, que compõem a paisagem natural do referido município.

Este território foi ocupado antes da vinda do português colonizador, inicialmente, por um grupo indígena que não era Tupi e nem Cariri, porém foram os Cariris da Tribo Sucuru, os primeiros nativos que se defrontaram com os europeus conquistadores, na área hoje denominada Ingá, segundo depoimento de Balduino Lélis, estudioso da arqueologia paraibana.

O processo de povoamento dessas terras teve início no século XVIII, pois os tropeiros paravam às sombras dos ingazeiros, para descansar de suas viagens. Então os que tinham cartas de sesmarias instalavam fazendas às margens do Rio Bacamarte, dando início a ocupação do território do Ingá, que se emancipou administrativamente no dia 03 de maio de 1840.

A formação urbana desse território esteve relacionado à expansão pecuária e à necessidade de novas terras para o roçado, já que a expansão de cana-de-açúcar empurrava os homens pobres e livres, agregados do senhor de engenho, para o algodão e para o sertão.

A Vila de Ingá teve seu desenvolvimento relacionado com a introdução da cultura algodoeira no espaço agrestino.

2.2. O Ouro Branco

O Município de Ingá foi inserido no mercado internacional através do plantio de algodão, que prosperou devido às condições favoráveis desta área.

A introdução do algodão no Ingá ocorreu associada às culturas de subsistência, como o milho e o feijão

A partir da segunda metade do século XVIII, o algodão se expandiu nesta Vila provocando seu crescimento.

A estrutura fundiária do Município combinava o latifúndio, surgido através da apropriação de terras para criação extensiva do gado, e o minifúndio, originário da sucessivas divisões por herança do latifúndio ou pelo povoamento desta área após períodos de depressão da cultura açucareira. O cultivo do algodão podia ser desenvolvido tanto em grandes como em pequenas propriedades.

Nos latifúndios, no início da expansão algodoeira o gado dividiu o seu espaço com o novo produto e com a cultura de subsistência já existente nas propriedades, porque tanto a rama do algodão como a palha do milho serviam de ração para o gado.

Nos minifúndios o feijão, o milho e a mandioca eram associados ao algodão, sendo este último produto o que permitia o reinvestimento da produção.

As modificações nas relações sociais de produção ocorridas neste território municipal, foram decorrentes da plantação em larga escala do algodão.

A primeira foi o pouco uso do trabalho escravo nesta atividade econômica. Por ser o ciclo vegetativo dos algodãois curtos, não se justificava um investimento tão grande como a compra de escravos por que estes ficavam sem trabalho, durante o período de espera da colheita.

A introdução da categoria morador, nas fazendas, para apascentar o gado e plantar o seu sustento e o algodão, foi a forma mais lucrativa encontrada pelos grandes proprietários no processo de expansão do algodão.

A crescente atividade cotonicultura estava relacionada com a grande demanda provocada pelo desenvolvimento da indústria têxtil inglesa, após a Revolução Industrial, e o período da Guerra de Secessão norte-americana.

Enquanto o preço do algodão permanecia em alta, devido à conjuntura favorável externa, os pequenos produtores eram explorados de forma mais amena, já que os lucros eram bons para os donos da terra. Porém com o término de boom algodoeiro em 1870 e, conseqüentemente, a queda do preço do algodão no mercado internacional, os homens livres tornaram-se vulneráveis à dominação dos grandes proprietários, que continuavam a plantar em larga escala, para vender um grande volume do produto nos portos do Recife.

Para a obtenção de uma grande produção de algodão os proprietários transformavam os seus parceiros em "parceiros de condições". Estes aceitavam esta pressão para não irem engrossar o crescente exército de mendigos, vadios, criminosos e bandidos.

Em 1870 surgiram em Pernambuco fábricas de tecidos que absorveram a produção algodoeira nordestina. No ano 1905 o Nordeste possuía 47 fábricas de tecido e fiação garantindo a compra da produção algodoeira de Ingá.

Em 1900, em Campina Grande o cotonifício campinense absorvia a produção dos municípios vizinhos. O algodão tornou-se indispensável para a indústria regional nascente.

O Governo Camilo de Hollanda, no ano de 1916, percebendo os lucros que poderiam advir para o estado, promoveu incentivos através da carteira de créditos agrícolas e isenção do imposto de renda, para as empresas que montassem usinas de beneficiamento de algodão.

Como conseqüências da ação do governo, o município de Ingá melhorou sua infra-estrutura, através do INFOCS (Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca), que promovia a construção de açudes e barragens, garantindo a reprodução da força de trabalho e a construção de ferrovias (3) que escoavam a produção algodoeira. Porém, foi o grande proprietário de terras o maior beneficiado com essas medidas governamentais, pois as construções eram realizadas nas propriedades dos latifundiários.

Com a ampliação da produção interna dos artigos têxteis, após a primeira Guerra Mundial, o Ingá preparava-se para viver um período áureo como produtor de algodão e símbolo de modernidade. No período de 1926/1930 as indústrias nacionais eram supridas pelo Nordeste.

Em 1932, no Ingá, decorrente deste impulso do setor algodoeiro, haviam 26 descaroçadores, 19 bolandeiras, com a capacidade de produzir 190 fardos de algodão por dez horas de trabalho..

No mesmo ano, o algodão já era o mais importante produto exportado pelo município, conforme pode ser visto no quadro 2.

QUADRO 2

EXPORTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE INGÁ - 1932

RELAÇÃO DOS PRINCIPAIS ARTIGOS EXPORTADOS

PRODUTOS	VALOR OFICIAL
. Algodão	38.162.256 \$ 798
. Tecidos	5.990.309 \$ 600
. Farinha de mandioca	2.077.686 \$ 587
. Azeite alimentício	2.061.656 \$ 150
. Peles	1.462.825 \$ 300
. Pasta de sementes de algodão	1.439.032 \$ 020
. Gado Vacum	1.374.630 \$ 000

FONTE : Anuário Estatístico da Paraíba de 1932.

Após 1934, o avanço na agricultura e na indústria do algodão leva o Governo de Argemiro de Figueiredo a estabelecer isenções que atraíam o capital financeiro, já tão seduzido pela forma de reprodução emergida da estrutura fundiária da região agrestina. A implantação, no Ingá, de um grande armazém da Clayton, na década de 1930, representa a instalação do capital financeiro, com o aparato de um trust, com máquinas modernas, favores e isenções, provocando o desaparecimento de pequenos vapores neste município.

(3) Ver mapa 2 em anexo.

Através do depoimento do Sr. Otacílio de Vasconcelos, em 25/11/89, nesta época Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Ingá, fica claro a intermediação do capital financeiro internacional na fase da circulação, quando a Clayton contratava um preposto, geralmente um fazendeiro da região que servia de intermediário comercial, comprando dos outros agricultores o algodão que seria beneficiado pelos motores da Clayton.

Na esfera da produção a Clayton interferia através de empréstimo de dinheiro para os pequenos agricultores, que no fim do ano entregavam o algodão a esta empresa, para pagar o seu débito.

Clayton se aproveitava da estrutura de reprodução "latifúndio-minifúndio", utilizando o preposto comercial, que recolhia de inúmeros pequenos produtores o algodão, que tinha o seu preço pré-fixado de antemão no momento da compra, independente da variação "para cima", que este produto pudesse vir a sofrer no mercado internacional.

No período da Clayton, também funcionavam 15 a 12 bolandeiras. Os descaroçadores antigos iam sendo estagnados, pois estes depreciavam as fibras do algodão. Os grandes estabelecimentos, desta forma, absorviam os pequenos, segundo notícia do jornal "A União" de 25/10/1940.

A Clayton beneficiava a produção algodoeira e remetia para os portos do Rio de Janeiro, Santos, Hamburgo, Liverpool e Berner (A União - 25/01/1936).

O Ingá era tido como o município padrão da expansão algodoeira e da sua modernização, pois possuía campos experimentais, como pode ser ver no jornal "A União" de 15/03/1936, através da seguinte nota:

"Plantar para enriquecer"

"Quem planta o algodão para ganhar dinheiro, para conseguir independência econômica, abandona processos velhos dizendo adeus aliviados à enxada, símbolo da pobreza, e segue o exemplo dos agricultores de Ingá".

O Ingá possuía campos de demonstração que distribuíam sementes selecionadas como se constata em jornais de 1936, dados estes confirmados pelo depoimento do Sr. Otacílio de Vasconcelos, ficando nítido o monopólio da Clayton na região do Ingá.

"(...) eles compravam de Juarez, Itatuba e Mongeiro ..."

"(...) aqui foi uma jóia, prá você ver o pátio superlotado, ficava mais de 500 carros de algodão no pátio com aquele lona para descaroçar..."

Da segunda metade da década de 30 até o início da década de 40 o algodão nordestino decaiu a sua produção, porém Ingá e a região agrestina paraibana, a produção atingiu um alto índice de produtividade, tendo conseguido através da Clayton um mercado garantido.

O Estado da Paraíba, em 1940, teve como produção 36.863.997 quilos de algodão em pluma, ocorrendo decréscimo na produção, pois esses índices eram inferiores aos do ano de 1935, devido à lagarta rosada. Mas esse fato, que provocou o decréscimo, foi controlado com uma política de expurgo a esta praga.

No Jornal "A União" de 09/04/1940, o Ingá é citado como possuidor de câmaras de expurgo para realização de uma produção racionalizada:

"... as sementes adquiridas para venda, neste município, além de terem obrigatoriamente os dados de sua procedência, são expurgadas e submetidas a exames que determinam o seu valor germinativo, antes e depois de expurgadas..."

"... aqui no Ingá o posto da diretoria de produção tem preparado campo especial de prova de germinação de sementes..."

"... em Ingá, 32 hectares pertencentes ao Sr. José Primo da Silva, onde se pratica lavoura racional do algodão, feita com máquina do próprio agricultor..."

Com desenvolvimento da indústria têxtil sulina, a indústria nordestina decaiu, resultando inclusive no fechamento de algumas fábricas e no decréscimo da exportação do algodão de Ingá.

O Governo de Argemiro de Figueiredo, diante da situação econômica que atravessava o Nordeste e a Paraíba, incentivou "a nossa riqueza tradicional", o sustentáculo quase único da economia do Estado. Conjuntamente, fomentou o cultivo do agave, de cuja fibra a Paraíba era a principal produtora do Brasil, promovendo também o desenvolvimento de outras fibras e oleaginosas, tais como: o caroá e a mamona.

Porém o Ingá nesta década foi o maior produtor da região do algodão, sendo sua produção de 555.000.000 quilos em caroço e 1.500.000 em pluma, só superado por Patos, que teve uma produção de 9.400.000 quilos em caroço, que resultou em 2.800.000 quilos em pluma.

O Governo do Interventor Rui Carneiro iniciou uma proteção ao cultivo do algodão, que sofria revés em face ao fechamento dos mercados importadores da Europa, em consequência da Guerra que assolava aquele continente.

Além destes fatores externos, o algodão nordestino também sofreu concorrência interna do algodão paulista, que atingiu 300 milhões de quilos exportados para o Japão e a Inglaterra:

"... o algodão nordestino sempre sujeito, aliás, às variações, está agora sem compradores no exterior, porque o único centro consumidor ainda fazendo importações - o Japão - prefere o algodão paulista, que é o melhor padronizado". (Jornal "A União" - 27/10/1940).

Em defesa do comércio algodoeiro nordestino, o Interventor Rui Carneiro advogou concessões de cotas e licenças para a saída do algodão para a Espanha.

A Prefeitura Municipal do Ingá, no ano de 1940, sob o governo de Eptácio Pessoa Cavalcanti, com uma política de fomento de mudas e sementes, obteve uma receita no total de 140.000\$000 e 20.000\$000 de imposto de exploração agrícola industrial.

A partir de 1945, o algodão paraibano sofreu um acréscimo nas exportações, sendo a sua produção maior que a dos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco. Foram exportados 23.619.814 quilos e consumidos 5.344.535 quilo pelas fábricas do estado, sendo produzidos 2.353.825.168 metros de tecido.

"... Apesar das oscilações e qualidades a produção algodoeira da Paraíba continua sendo a maior do Nordeste, sendo superada pela produção de São Paulo..."

"... a safra de 1944/45 em algodão pluma foi de 25.474.169 quilos..." (Jornal "A União" - 06/01/1946).

Entre os anos de 1946 e 1955, a cultura dominante foi a algodoeira que, mesmo sofrendo revés, não diminuiu as suas exportações.

A estrutura de comercialização anterior ao aparecimento das cooperativas associadas à central, estava atrelada ao capital nacional e internacional, funcionando a estrutura de comercialização sobre o controle internacional: SANBRA, CLAYTON, MACHINE COTTON; e nacionais: MATARAZZO e CARIOCA, e mais as usinas de beneficiamento de capital regional, pertencentes a proprietários de terra que tornaram-se também usineiros.

A estrutura de comercialização mantida pelas usinas particulares para obter lucros, mesmo com a rapina internacional, era o de utilizar o mecanismo de "compra na folha", com preços pré-fixados, com os juros extorsivos. Os preços dos produtos dos pequenos e médios produtores são levados à subvalorização, garantindo a compra do algodão a preços baixos, promovendo lucros para a indústria têxtil.

Com a criação das cooperativas, ligadas à cooperativa central, as usinas particulares perderam seu papel na comercialização e beneficiamento de algodão para a central, que passava a deter cinquenta por cento da capacidade de beneficiamento do algodão. Dessa forma, as cooperativas favoreciam os proprietários, que passavam a participar dos lucros provenientes da oscilação do preço do algodão, que anteriormente, pertencia aos usineiros.

O proprietário entregava a cooperativa o seu próprio algodão e dos parceiros, dos quais ele comprou. Após a entrega os proprietários podiam dispor da torta do caroço, por preços mais baixos do que os do comércio local. Esta torta servia da ração para o gado no verão.

No Ingá, "a cooperativa auxiliava com empréstimos os agricultores que pagavam no final do ano sem juros" (4). Empréstavam dinheiro os usineiros e proprietários desse município para os pequenos produtores que pagavam com o seu algodão este empréstimo. Um exemplo típicos desses emprestadores foi o Sr. Manoel Bacalhau.

Segundo às notícias do dia 20/04/1940, pode-se detectar o desenvolvimento do cooperativismo na Paraíba, pois no fim de 1939 funcionavam neste estado 54 cooperativas.

Os preços de mercado do algodão sofreram flutuações que possibilitavam a extração de mais valia com o estabelecimento do preço mínimo para este produto. Os lucros dos grandes proprietários ficavam garantidos pela comercialização do algodão com a cooperativa central do Estado da Paraíba, atingindo a flutuação só aos pequenos produtores.

O Governo José Américo tentou estimular o aumento da produção algodoeira paraibana, através de sementes vindas de São Paulo. Podemos constatar, porém pelo quadro da produção do algodão em pluma, dos anos que vão de 1944 a 1951, uma estagnação na produtividade desta economia.

QUADRO 3

A N O S	K I L O S (algodão em pluma)
1944/1945	25.557.875
1945/1946	25.479.168
1946/1947	28.420.757
1947/1948	24.207.187
1948/1949	28.029.491
1949/1950	25.600.856
1950/1951	26.000.000

FONTE : Jornal "A União" - 17/05/1951

O plantio do algodão na Paraíba no ano de 1950 foi de 23.858 hectares. O Ingá ficou no oitavo lugar como produtor no Estado.

As oscilações do preço que começaram a ocorrer em 1951, 52 e 53, refletiam a influência das dificuldades que enfrentavam o algodão no mercado mundial. Apesar de que nos últimos tempos a produção caiu consideravelmente, ainda continuava a ser o mesmo o principal produto da economia do Estado.

A produção de Ingá ficou abaixo de 400 quilos; este índice era inferior ao ano anterior que foi de 600 quilos.

À Cooperativa do Estado da Paraíba coube o papel de incrementar o setor algodoeiro, com a retirada das grandes empresas, para preencher o vazio econômico. O Estado, capturado pela oligarquia fundiária, criou essas cooperativas para manter os lucros dos proprietários.

Com a implantação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) em 1959, surgiu o programa de reequipamento das fábricas de fiação e tecelagem do algodão no Nordeste. Este programa demonstrou-se liberador de mão-de-obra, levando este órgão a reformular as bases de seu programa, permitindo a aprovação de projetos para a instalação de novas indústrias têxteis, que absorviam a grande mão-de-obra disponível.

Essas novas indústrias não foram suficientes para absorver os desempregados pelo programa de modernização, pois a tecnologia tem produzido mais com menor número de operários e de máquinas.

As novas indústrias aumentaram o uso de fibras sintéticas e diversificaram o produto, porém, com a introdução das fibras artificiais no processo têxtil, houve uma contribuição para a redução do mercado do algodão, enfraquecendo a atividade agrícola regional, agravada pela baixa produtividade deste setor.

Com a queda da produtividade na década de 50, as empresas internacionais procuraram outras áreas mais produtivas, principalmente as dedicadas ao cultivo da soja.

O óleo do caroço do algodão era o produto principal que as usinas internacionais e nacionais obtinham com o refinamento do óleo bruto para ser consumido. A substituição do óleo do caroço do algodão pelo óleo de soja, fez com que os lucros caíssem, forçando a mudança das grandes empresas internacionais para setores mais lucrativos. Diante destes fatos, a Clayton saiu de Ingá.

No ano de 1968, diante da crise no setor algodoeiro, o Banco do Nordeste passou a incentivar a cotonicultura para tornar o algodão nordestino mais competitivo nos mercados nacional e internacional.

Desta crise, resultou uma estagnação na produção algodoeira, que segundo a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) durou até 1967, pois o algodão voltou a se constituir num dos principais produtos nordestinos. Esta fase de expansão se estendeu até 1972.

Segundo o quadro 4, que se encontra na tese de Francisco José da Costa Alves, podemos ver o crescimento da produção do algodão herbáceo na Paraíba e sua estagnação após 1973.

QUADRO 4

A N O	K G
1967	338
1968	373
1969	418
1970	387
1971	410
1972	432
1973	503
1974	385
1975	327
1976	365

Em 1974 ocorreu uma sensível diminuição no volume das exportações do algodão em pluma, explicada principalmente pelo aumento da produção interna. Em contra partida, cresceu a exportação dos manufaturados: fios, tecidos e confecções.

O Município de Ingá, tinha sua produção amparada pelas cooperativas e financiamento do FINOR (Fundo de Investimento para o Nordeste), que evitavam a percepção da real situação do algodão nesse município. Porém sua agonia, que se iniciou no fim da década de 70, alastrou-se até 1990. O bicudo foi o último golpe desferido contra a cultura algodoeira, sendo este espaço obrigado pelo capital a se redefinir por outras atividades agropecuárias mais vantajosas.

As áreas produtoras do algodão herbáceo, que eram espaços mais úmidos, podiam ser utilizados para outras culturas. A exploração pecuária foi a opção encontrada pelos grandes proprietários de terras do Município de Ingá.

2.3. O Rei Capim

No Ingá a crise da cultura algodoeira, segundo depoimentos da população, iniciou-se com o bicudo dizimando os algodoads, no fim da década de 1970 e início da de 80. O agricultor era obrigado a queimar seus algodoeiros atingidos pela praga, passando a EMBRAPA a aconselhar a utilização destas áreas anteriormente, plantadas com o algodão, para pastos de animais e outros produtos. (Jornal "A União" - 02/11/1982).

O algodão, após 1972, encontrava-se sem mercado externo, devido à superprodução dos Estados Unidos (Jornal "A União" - 04/10/1972). Em 1988, dos 200 mil hectares plantados anteriormente, foram reduzidos para 2 mil ha. (Jornal "A União" - 11/12/1989).

Nesta fase os financiamentos do Governo Federal, via SUDENE, para salvar a "região problema", não conseguiram evitar as distorções entre as inversões no setor têxtil e a demanda existente no mesmo.

O FINOR, que foi criado em 1974, continuou a limitar os recursos, sendo a demanda de capitais sempre crescente, provocando a descapitalização e endividamento das empresas nordestinas. Estas descapitalização refletiu-se no setor agrícola, pois os lucros com a exportação diminuíram.

Os recursos para erradicar o bicudo na Paraíba demoraram a chegar, pois não havia interesse do mercado externo pela cultura algodoeira, e o mercado interno tinha outras áreas para o seu abastecimento.

Iniciou-se um processo de incentivo à pecuária, através da SUDENE, que orientava a plantação do capim nas áreas úmidas, anteriormente ocupadas pelo algodão herbáceo.

A pecuária era a atividade econômica ideal para ocupar os espaços agrícolas de Ingá, pois a valorização da carne e do leite, com o aumento do consumo em consequência do crescimento urbano, garantia à produção de Ingá um mercado regional certo, uma vez que a fábrica Betânea, de Campina Grande, absorvia toda a sua produção.

O processo de latifundização que a pecuária gerava se coadunava com a modernização na agricultura promovida pelo capital, pois sendo a pecuária uma atividade que ocupa pouca mão-de-obra, desobrigava os proprietários de cumprir os encargos ditados pela legislação do trabalhador rural, que só nesta época começou a ser aplicada no campo.

Com a intensificação da pecuária se verificou a expansão das pastagens cultivadas, que implicou na presença de cercas e numa rotação de pastos, passando o gado a ser melhor alimentado; promovendo a expulsão do camponês, que cedeu o seu espaço para o capim e, conseqüentemente, a sua proletarização.

Segundo a pesquisa realizada no município de Ingá, principalmente nos distritos de Pontina e Chã dos Pereira, ficou

visível a substituição dos antigos produtos cultivados pelo capim. Outro fato que confirmou a concentração da terra nesta área, foi a dificuldade do acesso à terra pelos pequenos produtores sendo, inclusive, ameaçados pelos proprietários se cruzassem as suas cercas.

Expulsos, esses antigos parceiros, arrendatários e moradores, iam residir na periferia da cidade, na rua denominada Imboca, no Ingá, passando a oferecer sua força de trabalho à "região da cana", como bóia-fria, ou engrossando o exército de reserva do centro-sul.

A alimentação manipulada pelos grandes proprietários e autoridades gerava um conformismo e pessimismo nos pequenos produtores que absorviam o discurso da causa natural (bicudo) para a perda de suas terras, que a classe dominante proferia.

Esta manipulação promovia um lucro através de um grau insuportável de exploração dos que perderam as suas terras e estavam na ponta da rua (5), como é o caso dos habitantes do Imboca, no Ingá.

CAPÍTULO III - O ESTADO APOIA QUEM O CAPITAL MANDAR

Como foi descrito na introdução do trabalho, esta pesquisa foi resultante de uma proposta do Governo para atender as necessidades da comunidade na área educacional, pois o Estado atua de forma a tentar manter um diálogo com as comunidades. Porém quase sempre as reivindicações apresentadas não são atendidas plenamente, pois nestes casos iriam pôr em questão o seu próprio papel dentro da sociedade que o criou.

Este é o caso do Projeto de Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos, que está sob a Coordenação dos Estudos Históricos e Culturais do IDEME, que atenderia a uma necessidade constante das populações municipais, tal seja, na falta de material didático e reciclagem de docentes. Este trabalho pode não ser publicado, porque a equipe, ao ter contato com as condições reais de vida da comunidade, percebeu as contradições explícitas, expressa na atitude do Estado, em face aos conflitos de uma sociedade capitalista.

Este capítulo trata justamente do papel do Estado na modernização do espaço agrário de Ingá. Para a compreensão da função do Estado, fez-se necessário uma rápida análise do Estado numa sociedade de classes.

A divisão da sociedade e sua estruturação em classes antagônicas se constituiu num produto de relações contraditórias, existentes nos movimentos de reprodução desta sociedade.

Na sociedade de classe, que é movida pela luta de classe - dependendo da forma que esta luta se reveste e do grau que assume - tornou-se necessário um instrumento que realize um papel de promotor de uma falsa harmonia das forças contraditórias - O Estado.

Constituiu-se o Estado num poder indispensável, que aparentemente está acima da sociedade, para manter a "ordem" necessária à dominação de uma classe sobre a outra.

Esta instituição, cria a ilusão de que defendia o interesse coletivo, quando, na realidade, mantinha uma relação

(5) Termo utilizado para designar os pequenos produtores rurais que saíram do campo e foram morar na periferia da rua.

dialética com o modo de produção da sociedade que o gerou, porque ele exerce dois papéis que se conflitavam: o de promotor da acumulação de capital, que atende aos interesses da classe dominante; o de legitimação, que tenta resolver os conflitos gerados por esta acumulação de capital, que o próprio Estado promoveu.

O Estado capitalista é o instrumento que serviu ao capital para a exploração da classe trabalhadora, porém a sua intervenção na economia, decorreu do próprio processo histórico e do desenvolvimento de uma sociedade.

Nos países capitalistas o Estado funciona tanto como penhor das relações econômicas, quanto, como desestruturador das formas de organização da produção, seguindo a lógica do capital. O Estado pode para isso, através de meios legais ou não, utilizar agentes do governo ou facções da classe dominante para organizar e interferir nas relações de produção.

No Nordeste colonial, a diferença de classe estava presente, o poder, na colônia, estava nas mãos de quem controlava a natureza através de meios legais dados pelo estado Português - as cartas de sesmarias. Os sesmeiros promoviam através da plantação de cana-de-açúcar, o enriquecimento do capital internacional promovido pelo Estado Português.

As colônias que eram uma necessidade do capitalismo mercantil, posteriormente, para maior abertura dos mercados, se nacionalizaram. Esta nacionalização não colidiu com os interesses do capital, pois estas novas nações mantinham com as grandes potências capitalistas, uma relação "centro-periferia".

Na sociedade imperial esta relação com o capital internacional não era alterada. O estado no II Reinado se regulamentava de forma unitária, promovendo normas que desenvolviam a região do café e a algodoeira, estas como atividades exportadoras. As relações de poder no Nordeste algodoeiro-pecuário eram determinadas pelo controle do acesso a terra. Quem possuísse a propriedade da terra, determinava o modo de produzir, impondo uma exploração através do trabalho compulsório.

O poder era exercido, portanto, pelos proprietários da terra que subjugavam os seus agregados, clientes e trabalhadores.

No momento em que se instalou a República e surgiu o sistema representativo amplo, a estrutura econômico-social permaneceu permitindo o aparecimento de chefes políticos locais, advindos do poder exercido por longos anos nas suas propriedades. Este poder agora se estendeu ao governo municipal.

A estrutura agrária concentrada, que pre-determinava o sistema econômico como um todo, concentrava logicamente o capital, promovendo na I República um sistema político denominado coronelismo.

O coronelismo se constituiu numa relação de compromisso entre os antigos chefes locais, que detinham um poder privado agora em decadência, com o poder público que se fortalecia.

Este compromisso permeava toda estrutura do poder nacional, pois funcionava como uma troca de favores entre o poder central e os chefes locais. O Governo Central dava carta branca aos chefes locais, e estes apoiavam os candidatos oficiais nas eleições estaduais e federais.

Neste contexto ressalta-se a questão política da I República. A estrutura de poder na Paraíba era o exemplo do mandonismo local, principalmente na região agrestina, onde a produção algodoeira estimulou a reprodução da velha estrutura agrária, incrementando as relações não capitalistas que reforçavam o coronelismo e, por extensão, as oligarquias locais.

As contradições emergentes de dinâmica da produção para exportação eram obscurecidas pelo mecanismo adotados pelos coronéis, pois o convívio diário com o coronel, que dava um pedaço de terra ao seu agregado para a sua sobrevivência, criava no explorado um misto de medo e admiração pelo coronel. Os agregados se transformavam em defensores das propriedades e dos proprietários, os jagunços, que armados, defendiam a preservação da estrutura que os oprimia.

Mesmo diante da agudização das contradições sociais, principalmente durante o período de estiagem, quando a opressão ficava mais definida, os trabalhadores rurais limitavam-se a uma rebelião inconsciente, consubstanciada no cangaço.

A intervenção do Estado através de obras contra as secas, durante o governo de Epitácio Pessoa, foi fundamental para o fortalecimento do poder oligárquico. A organização do espaço paraibano para o capital, através de implantação de uma rede de transportes e comunicações, realimentava o poder dos coronéis, porque as ajudas econômicas e os beneficiamentos na infraestrutura iam sempre para as terras dos coronéis.

Em 1930 o coronelismo foi liquidado como sistema de poder e governo, mas não desapareceu o poder dos coronéis, pois foram mantidas as estruturas fundiárias, que alimentavam as oligarquias rurais.

A predominância do Estado e sua intervenção passou a ser sentida, pois começou a se instalar uma centralização político-administrativa, que desmantelava os mecanismos "carcomidos" da República Velha. Porém, o desmantelamento da velha ordem não ultrapassava os limites de uma "modernização conservadora, sem qualquer reformulação radical na estrutura sócio-econômica.

Vetados os canais tradicionais de representação e influência, as antigas oligarquias era sugadas por este sistema de centralização, que tinha como principais agentes a Interventoria e o DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), que agora interligavam estas oligarquias estaduais ao Presidente da República.

Em 1931 o Governo Provisório solicitou a elaboração de um texto sobre os problemas econômicos e sociais da Paraíba, com o objetivo de solucionar os mesmos. O documento não questionava a situação das áreas algodoeiras, mas tinha a função de estimular o Estado, juntamente com a elite agrária, a intervir de forma mais forte na economia paraibana, através de ações que salvaguardassem a produção algodoeira. Entre as medidas destacam-se: criação de estações experimentais, campos de cooperação com prefeituras, controle de sementes, organização de crédito agrícola para os pequenos produtores de algodão que estavam à mercê dos agiotas.

O Interventor Gratuliano de Brito reforçou o decreto do governo de Antenor Navarro, que tornava as prefeituras responsáveis pelo campo de cooperação, e proibia a soltura do gado nos algodoads.

O intuito não era alterar os pilares econômicos nem políticos, mas enfraquecer as antigas situações à medida em que o interventor - embora ligado à classe dominante local - devia a sua permanência no cargo ao beneplácito do Governo Federal. Na Paraíba, em 1932, Gratuliano de Brito, representava este papel, comprometido com o ideário centralizador da Revolução de 30.

As oligarquias, devido o controle sobre os seus trabalhadores se recompõem, mas de forma a reorganizar o espaço paraibano em prol da concentração-centralização do capital nas mãos de obra de burguesia industrial do Sudeste.

Forjava-se um novo acordo entre as forças políticas que visava garantir a autonomia do grupo econômico, porém, de forma que não prejudicasse as medidas econômicas necessárias ao processo de desenvolvimento industrial do centro-sul.

Vale salientar, o papel de certos órgãos, que garantiam a "reprodução da base material" do poder oligárquico, como no caso do INFOCS depois DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), que construía barragens nas grandes e médias fazendas. O DNOCS reforçava a estrutura arcaica, pois favorecia o "fundo de acumulação" dessa estrutura, representada pela exploração dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes.

No Governo de Argemiro de Figueiredo (1935/1937) e depois na sua Interventoria de 1937 a 1939, acentuou-se a interferência estatal na produção agrícola. No setor algodoeiro os decretos que controlavam a produção e distribuição de sementes e a divisão em zonas para a produção do algodão herbáceo e arbóreo, bem como a introdução de métodos modernos nos campos de demonstração e cooperação, eram exemplos desta intervenção estatal.

Na Paraíba, Argemiro de Figueiredo mobilizou o coronelato estabelecendo um acordo em que esta classe se articulava à máquina partidária, devido às origens coronelísticas do Interventor.

Rui Carneiro, também, seguiu a orientação da centralização, porém após 1943, com o advento da redemocratização, aproximou-se do Partido Social Democrático.

Durante o seu governo, defendeu o principal produto paraibano, o algodão, e conjuntamente, a elite agrária que controlava a produção do mesmo.

A Segunda Guerra Mundial, que provocou o fechamento dos mercados externos e a produção egípcia que era uma forte concorrente nos poucos mercados abertos, refletiram-se nas finanças internas, aprofundando a crise, já acentuada pela seca no sertão.

Esta situação requeria do governo um maior estímulo à produção algodoeira. As principais medidas adotada para a recuperação do estado caótico em que se encontrava o setor algodoeiro foram: ampliação das técnicas modernas, controle das sementes, cruzamento de novas espécies de algodão para maior produção.

Além dessas medidas referentes as algodão o governo também promoveu o fomento de outros produtos, tais como: caroá, agave, frutas, avicultura, suinocultura e bovinocultura.

Com a vitória do PSD, a nível nacional, a Paraíba passou a ser governada por Odon Bezerra, que representava esta legenda à nível estadual.

Em 1950 José Américo, homem do processo de "modernização conservadora" de 30, fundou o PL aliando-se ao PSD e derrotou a UDN, com uma postura ligada ao populismo, atendia às necessidades das oligarquias com construções de barragens; acelerou o processo de urbanização com a criação do ensino superior.

Sob a égide da expansão capitalista que se operava no centro-sul, a região nordestina desempenhou o papel de fornecedora de mão-de-obra e de matérias-primas e de mercado consumidor necessárias à industrialização.

Nos anos 30 a indústria era o centro motor da divisão social do trabalho, que possuía nos anos 60 um largo período de crescimento, decorrente do concurso de capital estrangeiro e da "competição oligopolística".

A concentração exarcebada de capitais, transformou o modo de produção de mercadorias em puro modo de produção de mais valia.

Este caráter do sistema capitalista redefiniu o papel no Estado.

Fez-se necessária, para o financiamento da centralização, toda a riqueza nacional. Parte dela estava nas mãos do Estado. Assistimos pois, à transformação do Estado de um simples agente técnico da divisão de trabalho para o de agente técnico da divisão social do trabalho, promotor de mais valia.

No movimento de centralização do capital, na região nordestina, o caráter da luta de classe se agudizou, ocorrendo a dissolução da "paz agrária". Esta dissolução passou a ser percebida pela burguesia industrial e financeira nacional-internacional, ficando claro para os trabalhadores a imbricação do Estado com a classe dominante.

No Nordeste emergiram forças populares antagônicas às forças dominantes locais - burguesia industrial, oligarquia latifundiária desembocando numa quebra de hegemonia destas classe dominantes locais. e, conseqüentemente, contra a burguesia internacional, que era representada no Brasil pela burguesia do centro-sul.

Na década de 50 o Nordeste se caracterizou como uma "região problema" já que os seus principais produtos agrícolas, cana e algodão, perderam paulatinamente os seus mercados nacionais, depois de já terem perdidos os internacionais, devido à forma arcaica das atividades agro-exportadoras desta região.

Apresentava esta região, nesta década, graves tensões, que se agravaram com a descapitalização de suas atividades agrícolas; o crescimento populacional; a expulsão dos camponeses com a concentração das terras; e a seca. Estes fatores somados tornavam o Nordeste, para determinados técnicos que estudavam esta região e para a burguesia internacional, um barril de pólvora prestes a explodir - as Ligas Camponesas eram um forte argumento

Os desequilíbrios regionais, em face da expansão capitalista de forma desigual e combinada, exigiam uma resposta

político-social que impedisse o desenvolvimento das forças revolucionárias, expressas nas Ligas Camponesas, e acelerasse a expansão industrial no Nordeste, obrigando-o a reproduzir-se como o centro-sul.

Neste contexto de efervescência social e política no Nordeste criou-se um órgão de planejamento - a SUDENE - para desenvolver esta região, para cumprir sua função no desenvolvimento do sistema capitalista nacional em termos internacionais.

A criação da SUDENE refletiu o posicionamento das diversas classes sociais no Nordeste, em relação à atuação do Estado na região. A intervenção da SUDENE foi no sentido de tornar o Estado também produtor no Nordeste, através da implantação de empresas na região.

A ascensão das forças populares no Nordeste não capturou o Estado, mas pressionou o governo a utilizar uma política que tentasse desenvolver a região e atender às necessidades da população explorada.

Na Paraíba estas forças populares fizeram campanha em prol do I Plano Diretor da Sudene.

O movimento de massa 1962/64 nesse Estado era a soma de sindicatos têxteis, portuários do Rio Tinto e Cabedelo, Ligas Camponesas e associações estudantis.

Estes movimentos tiveram seus espaços no Estado garantidos, em face à conjuntura nacional com o Governo Goulart, conjuntamente com o espírito democrático do governo de Pedro Gondim.

A SUDENE passou a deter poderes políticos que deveriam atacar frontalmente as condições de reprodução da economia agrária nordestina, e "descapturar" o estado nordestino da oligarquia algodoeira-pecuária, para atender a interesses diversos.

A burguesia internacional associada ao centro-sul interessava-se por esta região para a sua expansão, contrariamente às forças populares que respaldavam essa descaptura, e desejava para romper os laços da opressão..

O papel da SUDENE era extremamente controvertido, como o Estado, pois seus objetivos nunca estavam expostos de forma linear, uma vez que foi criada para desenvolver em uma região os interesses do capital e amortecer as tensões sociais.

Este órgão, que detém poderes políticos e técnicas foi paulatinamente capturados pela burguesia internacional que realizava programas assistencialistas ditados pela "Aliança para o Progresso" de Kennedy, para conter e esvaziar politicamente o movimento das Ligas Camponesas.

Esse assistencialismo promovia um esvaziamento demográfico do nordeste, através de boicotes do programa da SUDENE, que promoveria o desenvolvimento econômico, já que este órgão e o governo Goulart não eram confiáveis para a C.I.A.

A crise de 1964, que resultou da fusão de todos os conflitos de classes a nível regional e nacional, culminou com um estado centralista, levando a SUDENE através do 34/18 (6), a ser uma forma de financiamento da expansão monopolista no Nordeste.

Os resultados da industrialização sob a égide da instrução SUMOC 34/18 eram responsáveis pela transferência da hegemonia da burguesia internacional - associada ao centro-sul - para o Nordeste. Os principais grupos econômicos daquela região implantam fábricas e unidades produtivas no Nordeste.

A burguesia industrial nordestina pagou um preço bastante alto pelo movimento de centralização-concentração do capital no Brasil: foi irremediavelmente engolida.

A oligarquia agrária algodoeira-pecuária desta região sobreviveu, apenas, porque toda a atividade agropastoril brasileira ainda era um largo campo de acumulação primitiva.

Ingá desempenhou este papel na década de 60 com o abastecimento de algodão para o armazém da Anderson Clayton e a partir da década de 70, com a pecuária, que ganhou impulso com a SUDENE, através da expulsão do camponês, transformando-o em bóia-fria para a "região da cana".

No pós-64, com o bi-partidarismo, promoveram-se a centralização e o intervencionismo estatal sem o qual os políticos nordestinos não poderiam sobreviver. Nos Estados nordestinos essa situação fundamentava-se em raízes históricas de dependência econômica ao Poder Central, através de acordos uniam-se situações e oposições para a manutenção do poder, sendo que a passagem do político da oposição para a situação dependia das vantagens, obtidas para continuar com o controle sobre os eleitores da localidade em que o político atuava.

O Governo de 1979/1982 na Paraíba era legitimado pelo Poder Central, possuindo um caráter autoritário. O Governador deste período, Tarcísio Burity, não era filho das antigas oligarquias, mas um profissional liberal que mostrava-se integrado e fiel aos grupos oligárquicos e às antigas estruturas agrárias nordestinas.

A ação desenvolvida pelo Estado se caracterizou por uma crise de legitimação agravada pela manifestação por parte dos setores populares.

A crise levou o Estado a absorver parcialmente algumas demandas populares de cunho social para se legitimar, essas demandas se instrumentarizaram nos programas como PROTERRA e POLONORDESTE.

A gestão Wilson Braga (1983 - 1986) desenvolveu-se numa conjuntura política bem distinta da que se caracterizou o governo anterior, pois Braga foi conduzido ao poder através de eleições diretas.

Apropriando-se do discurso de Geisel, que destacava a urgência de distribuir a renda enquanto o bolo crescia, Braga utilizou práticas clientelistas para amortecer os conflitos sociais através da aparente redistribuição de rendas e de uma maior participação da população, através de mutirões para construção de casas populares. Porém as relações de poder eram mantidas.

(6) Mecanismo fiscal utilizado pela SUDENE para incentivar a industrialização

A partir de 1985 o Estado enfatizou o discurso do social, empregando a população carente em fábricas de doce e rede, construindo casas populares, açudes e canais de irrigação no interior, distribuindo o leite, através de associações criadas com o auxílio do governo municipal.

No segundo governo do Sr. Tarcísio Burity, que se elegeu com uma margem de votos muito grande em relação ao seu adversário, pois tendo se filiado ao PMDB aproveitou-se dos frutos obtidos pelo Plano Cruzado, que elegeu na maioria dos Estados, representantes deste Partido. Beneficiou-se também da campanha de desmoralização que se instalou no fim do Governo de Braga, e constituiu um governo, agora, legitimado.

Para obter maior participação da população deu início ao "Plano do Povo", uma consulta às comunidades municipais sobre as suas carências, promoveu a criação, na zona rural, de associações que eram atendidas pelo Projeto Nordeste. Porém por incentivar de forma prioritária as manifestações eruditas e construções megalônicas em detrimento das reais necessidades das populações carentes, as reivindicações populares na maioria das vezes não foram atendidas.

No município de Ingá, no qual o Prefeito é irmão do Sr. Tarcísio Burity as obras estaduais executadas, também, possuíam um caráter de imponência em relação às condições de vida da comunidade local. Exemplos de obras com este caráter eram os colégios estaduais construídos com requintes, e em contra partida, os grupos municipais estavam em péssimas condições de uso conforme foi constatado no fim do ano de 1989 e início de 1990.

Os armazéns do PAPP (Programa de Assistência ao Pequeno Produtor) foram instalados no referido município, porém existem distritos como Pontina e Chã dos Pereira que tinham sua produção tão reduzida, que no início de 1990 o dinheiro parou de circular, voltando a ocorrer relações de troca de mercadoria.

Outra construção de grande porte foi o hospital regional no município, que atenderá a todos os municípios circunvizinhos. Ocorrendo a restauração do calçamento nas ruas principais e iluminação de mercúrio.

Nos outros municípios a atuação do Governo Estadual sempre foi assistencialista, e também para garantir nesses espaços os seus correligionários.

A participação popular foi utilizada e cooptada para evitar uma maior organização popular e, uma democratização efetiva das relações sociais.

Desta forma percebemos nos governos pós-64 uma forma de néo-coronelismo, onde o clientelismo impera, ocorrendo uma relação de troca, onde o "serviço" que é prestado por um político é pago com o voto. Este mecanismo impera nas regiões de periferia dos grandes centros, na região agrestina e no sertão, antigo reduto dos coronéis.

CONCLUSÃO

O processo de modernização da agricultura nos países periféricos, entre eles o Brasil, reproduziu transformações, também no setor agrícola de Ingá.

A transformação conservadora da agricultura promovida pela união do latifúndio com o capital financeiro sob a égide do Estado, instalou a Clayton, que promoveu a introdução de maquinários e insumos para aumentar a produtividade do algodão e a coexistência de relações assalariadas como parceiros, meeiros, moradores e arrendatários.

Com a crise do algodão no mercado externo, o capital financeiro, agora nacional, mantinha, neste espaço, a convivência de produções modernas com formas mais tradicionais, pois nele as indústrias sulinas obtinham matérias-primas para o setor industrial.

Quando o algodão tornou-se uma cultura inviável para o município, devido a falta de mercado e à praga do bicudo, a pecuária foi a forma encontrada pelos grandes proprietários para continuar a manter seus lucros. Este processo se acelerou a partir da década de 70.

No Município de Ingá, esta atividade atendeu aos ditames do capital monopolista, por ser liberadora de terras para produzir capim e por suprir as indústrias regionais de laticínios. Transformando com esta atividade econômica, os parceiros, meeiros, arrendatários, sitiante e trabalhadores volantes para a "região da cana". Restando aos que permaneceram no campo o acesso à pequenos pedaços de terra que não são suficientes para reprodução do produto e de sua família. Estes, passaram a ter uma única saída: residir no Imboca, reservatório de mão-de-obra barata para a região, e também para o centro-sul.

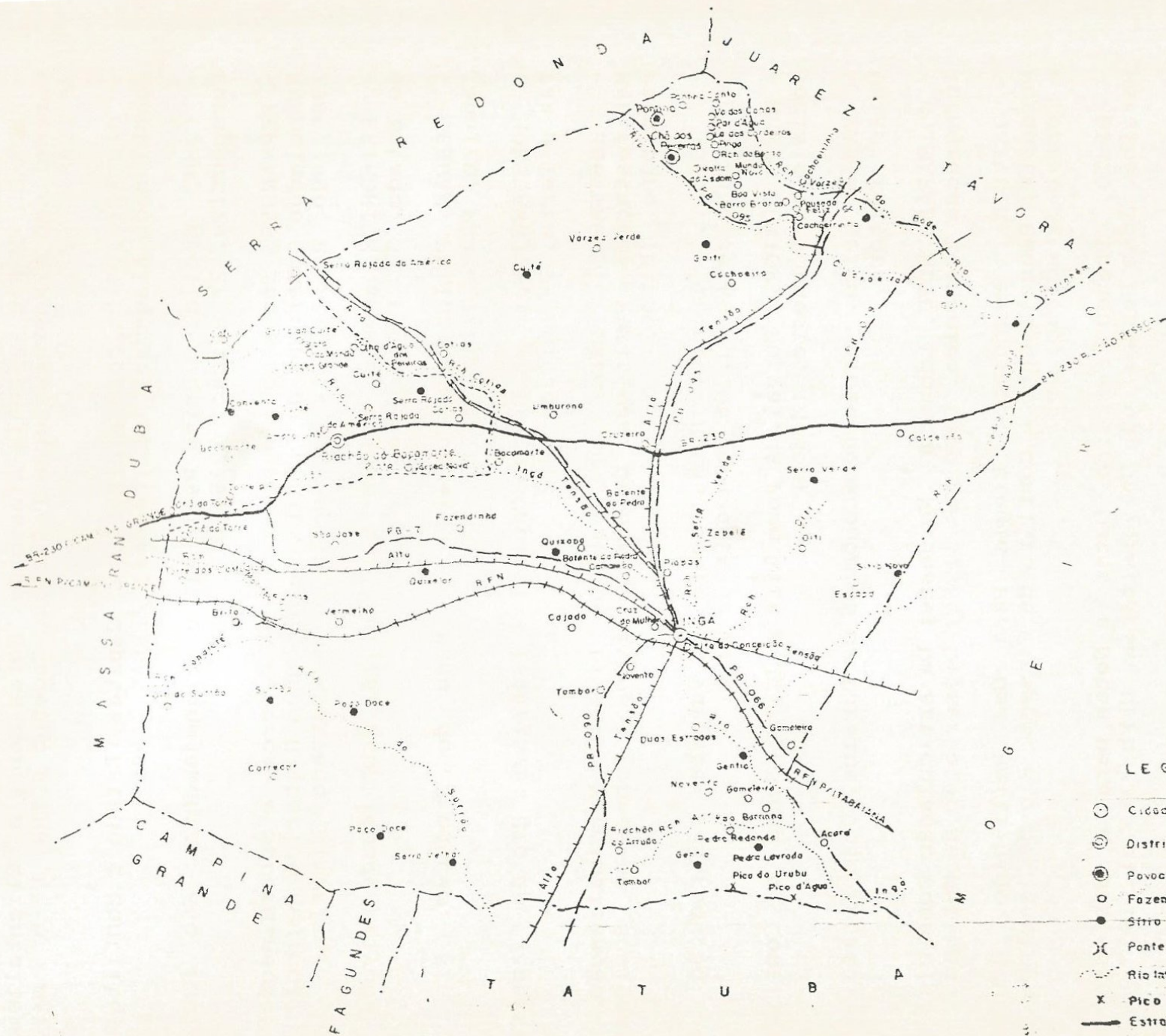
O capital, segundo os seus interesses, recriou formas não especificamente capitalistas, quando utilizou a parceria e moradia para geração de lucros para a classe dominante. Porém quando a legislação rural obrigou os proprietários a ter maiores encargos com os trabalhadores rurais, e o produto agrícola já não possuía mais mercado, desapareceram a figura dos parceiros e moradores, para surgir a do trabalhador volante.

Com a pecuarização ocorreu a expulsão de um grande número de trabalhadores rurais que eram contratados, na época da safra, pelas indústrias de açúcar e aguardente da "região da cana".

Portanto o capital que transformou as estruturas fundiárias, alterou as relações sociais de produção, recriando formas ou fazendo desaparecer outras. Pôde-se, no caso de Ingá, transformar um Município que já possuía um grande número de pequenos proprietários rurais, parceiros, meeiros, sitiante e assalariados, em uma cidade que, por não ter condições de manter seu povo, com terras suficientes para sua reprodução, tornou-se exportadora de mão-de-obra.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Américo. A Paraíba e seus problemas. João Pessoa, ed. "A União", 1980.
- AMORIM, Laura Helena Baracuchy. O Comércio Paraibano no Processo de Formação do Mercado Nacional - 1930/1939. Recife 1987 dissertação de mestrado (mimeo)
- ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense, 2ª edição, 1964.
- ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. Notas sobre a Clientelismo, Coronelismo e Representação Política. Caderno NDIHR, UFPB, março de 1988.
- CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. Capital, Estado e conflito - Questionado Alagamar. João Pessoa, FIPLAN, 1985.
- COHN, Amélia, Crise Regional e Planejamento. São Paulo, Perspectiva, 2ª edição, 1979.
- FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. Comércio e Subordinação: a Associação Comercial da Paraíba no processo Histórico Regional - 1989/1990. Recife, 1988. Dissertação de Mestrado (Mímeo).
- FRIEDRICH, Engels. Origem da Família, Propriedade Privada e do Estado. São Paulo, Global, 1989.
- GEBRAM, Philomena. Conceito de Modo de Produção. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- HOBBSAWN, Eric. A Era do Capital - 1848/1875. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª edição, 1982.
- HOFFNAGEL, Marc. O Trabalho Livre, Marginalização e Manifestações Políticas: Os Homens Livres e Pobres na Sociedade Paraibana. (Mímeo).
- JOFFLY, Irineu. Notas Sobre a Paraíba. Introdução de Capistrano de Abreu. 06 de agosto de 1982.
- MUNIZ JÚNIOR, Durval. A Fome Tira o Juízo: Secas e Conflitos Sociais no Nordeste. (Mímeo)
- MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. João Pessoa, "A União" Editora, 1978.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. Nordeste: Da Articulação comercial à Integração Econômica. Campinas, 1986, Dissertação de Mestrado.
- OLIVEIRA, Francisco. Elegia Para Uma Re(li)gião. SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 3ª edição, 1981.
- PINTO, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Paraíba. João Pessoa, ed. Universitária, UFPb, 2º Vol. 1977.
- RODAT, Emília. Processo de Ocupação da Paraíba. (Mímeo).
- SILVA, Alcir Veras. Algodão e Indústria Têxtil na Paraíba: Uma Atividade Econômica Regional. Natal, ed. Universitária, 1980, p, 286. Dissertação de Mestrado, UFPb/CT.

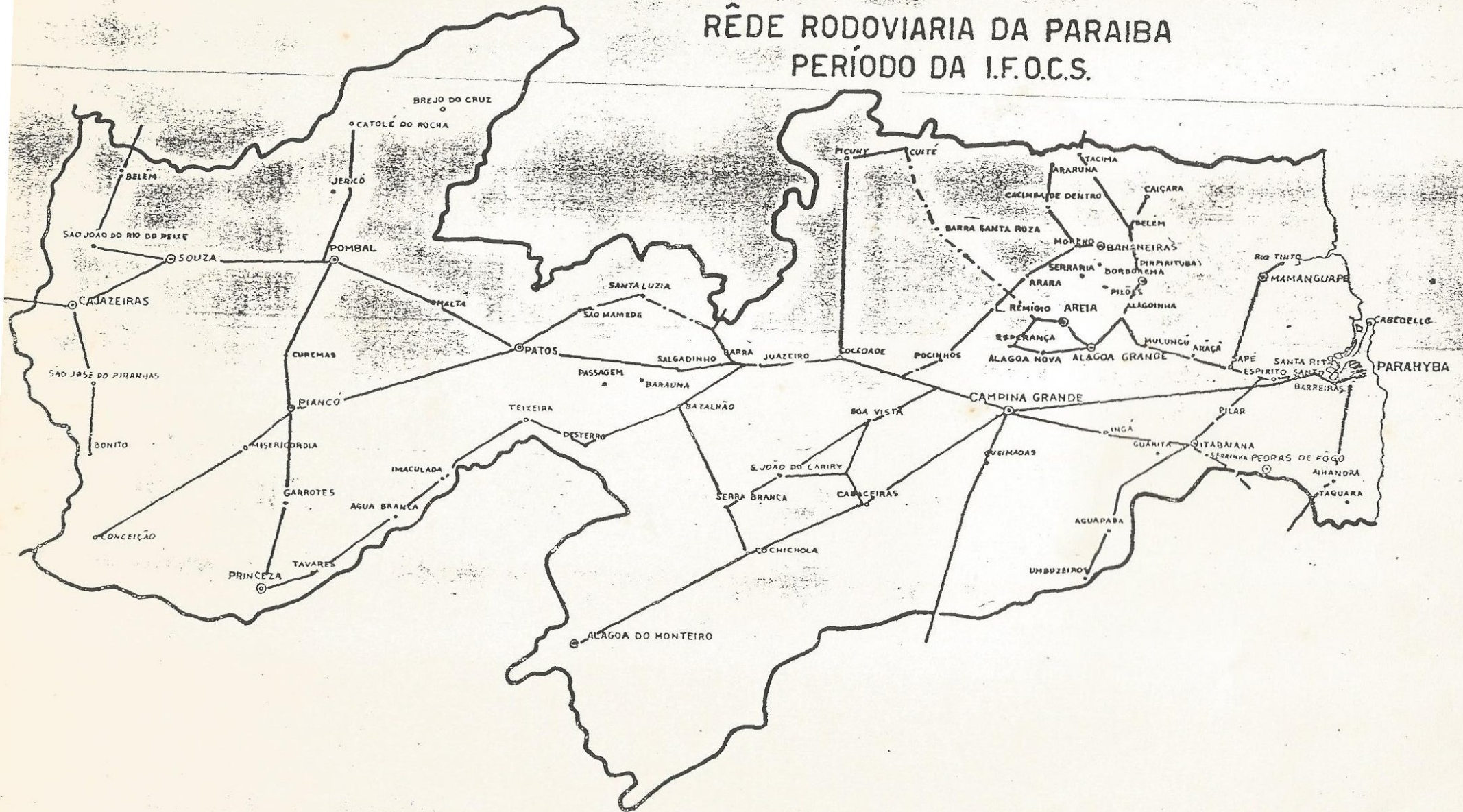


LEGENDA

- Cidade
- ⊙ Distrito
- Povoação
- Fazenda
- Sítio
- X Ponte
- Rio Intermitente
- X Pico
- Estrada Federal Pavimentada
- - - Estrada Estadual
- Estrada de Ferro

ESCALA 1:100.000
 Junho 1954

RÊDE RODOVIÁRIA DA PARAIBA PERÍODO DA I.F.O.C.S.



1. Rastro de Tragédia
Mauro Guilherme Pinheiro Koury - agosto/83
2. Preço da Terra, Taxa de Juros e Acumulação Financeira no Brasil.
Claudio Antonio Gonçalves Egler - setembro/83
3. Movimentos Sociais e Meios de Comunicação: Paraíba 1917-1921.
Antonio Albino Canelas Rubim - outubro/83
4. A Contribuição à História dos Socialismos no Brasil: a Construção do Partido Socialista Brasileiro -
Sílvio Frank Alem - maio/84
5. O Solo Urbano e o Desenvolvimento Capitalista.
Tamara Tania Cohen Egler - outubro/84
6. Trabalho: O Capitalismo Adiantado e a Classe Operária. Um Novo Sindicalismo.
Joana Neves - Fevereiro/85
7. Sobre Bananas e Bananeiros: Produção Mercantil e Relações de Trabalho.
Jacob Carlos de Lima - janeiro/85.
8. Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - fevereiro/85
9. A Igreja Popular na Imprensa Paulista.
Joana Neves - fevereiro/85.
10. A Fome não tem Partido
Maria Nely Cavalcanti - setembro/85.
11. UFPB: Implicações Políticas e Sociais de sua História.
Maria das Dores Limeira - Zeluzia da Silva Formiga - abril/86.
12. Neo-Coronelismo e Perspectivas Eleitorais na Nova República.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/86
13. Catolé do Rocha: Notas a Propósito de um Domínio Oligárquico.
Neiliane Maia - maio/86
14. Cajazeiras: O Domínio do Clientelismo Eleitoral.
Francisco Sales Cartaxo Rolim - julho/86
15. Reconstrução Histórica das Eleições na Paraíba (1945-1978).
Rosa Maria Godoy Silveira -
16. A Urbanização Desloca o Centro do Poder Político.
Plauto Mesquita de Andrade - setembro/87
17. As Eleições Municipais de 1985 em João Pessoa.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87
18. Relações de Trabalho e Relações de Poder.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87.
19. 1986: A Vitória do PMDB.
Maria Antonia Alonso de Andrade - outubro/87.

20. Notas Sobre Clientelismo, Coronelismo e Representação Política.
Maria Antonia Alonso de Andrade - março/88.
21. As Eleições de 1982 em Princesa Isabel: a reprodução do velho jogo político.
Maria Angela Sitônio Wanderley - maio/88
22. Notas sobre o Perfil dos Vereadores da Área Metropolitana de João Pessoa, Eleitos em 1982.
Maria Antonia Alonso de Andrade - julho/88.
23. Ensino e História (Coletânea)
Joana Nves, Rosa Maria Godoy Silveira e Zeluiza da Silva Formiga.
março/89.
24. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano.
Emília de Rodat Fernandes Moreira - setembro/90
25. A Capitania Real da Paraíba: Bases Históricas de sua Formação Econômica - 1574-1799.
Irene Rodrigues da Silva Fernandes - abril/91
26. Terra de Capim não dá Roçado. Um Estudo sobre as Representações dos Trabalhadores Rurais de Ingá (1960-1990).
Régina Célia Gonçalves - maio/91